

VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2016, que *dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República*.

I – RELATÓRIO

Encontra-se em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2016, do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República*.

O PLC nº 28, de 2016, contém 4 artigos. No art. 1º da proposição é definido que o subsídio mensal do Procurador Geral da República, será de R\$ 36.713,88 (trinta e seis mil, setecentos e treze reais e oitenta e oito centavos), a partir de 1º de junho de 2016; passando a R\$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017.

Já o art. 2º do PLC determina que as despesas resultantes da aplicação da proposta correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União. O art. 3º estabelece que a implementação do disposto na lei proposta observará o art. 169 da Constituição Federal. Finalmente, o art. 4º define que a lei proposta terá vigência na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída para análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e posterior encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CCJ, foi relatada pelo Senador Valdir Raupp, que apresentou relatório concluindo pela aprovação do PLC nº 28, de 2016. Posteriormente, foi concedida vista coletiva.



II – ANÁLISE

Conforme preceitua o art. 132, § 6º, inciso I, do RISF, é permitido ao membro da comissão que não concorde com o relatório dar voto em separado, o que fazemos nesta oportunidade.

Preliminarmente, cabem aqui questionamentos a respeito do não atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre os projetos de lei que resultem em aumento de despesa de pessoal.

Segundo seu art. 21, são nulos os atos que não tragam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício da entrada em vigor e nos dois seguintes. Tudo deve ser acompanhado de memória de cálculo, já que a ausência das premissas e metodologia empregadas impede que o Congresso Nacional faça qualquer avaliação técnica da correção das estimativas apresentadas. Do contrário, nos tornaremos meros carimbadores dos valores apresentados.

Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (LDO 2016) reitera e detalha as exigências da LRF, ao dispor:

Art. 98. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas;

Até o momento, salvo engano, não foi apresentado o demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta por órgão (art. 20 da LRF), destacando ativos, inativos e pensionistas. Também não foi comprovado se serão respeitados os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela LRF.

Entre as informações exigidas pela LRF e pela LDO 2016, mas não enviadas ao Congresso Nacional pelo órgão a quem compete o controle administrativo, cito:



(i) estimativas dos impactos orçamentários-financeiros do reajuste do subsídio do Procurador Geral da República, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;

(ii) demonstração, de que as novas despesas, conjugadas com a evolução legal das atuais despesas de pessoal, considerando as expectativas de novos provimentos, não resultará na ultrapassagem dos limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Temos que ressaltar que, quando oficiado, o Ministério Público da União encaminhou tempestivamente estas informações para o caso do PLC 26, que trata do reajuste dos seus servidores (analistas e técnicos). No entanto, do material encaminhado á época não constam os efeitos do presente PLC, que impacta o pagamento dos membros.

Neste sentido, **seria necessário o envio desta estimativa de forma a comprovar o cumprimento das normas constitucionais e legais, que cabe a esta CCJ avaliar e corrigir, se necessário.** Salvo engano, não nos foi possível identificar o envio desta nova estimativa de forma a permitir que seja avaliado o cumprimento do comando constitucional.

Com relação ao reajuste proposto no PLC nº 28, de 2016, é importante lembrar que o valor do subsídio mensal do Procurador Geral da República também apresenta impactos, não só na União, mas também sobre os Estados.

De acordo com estimativa elaborada pela Consultoria de Orçamento do Senado, **apenas a elevação dos subsídios dos membros dos Ministérios Públicos estaduais irá gerar um impacto nos estados superior a R\$ 1,1 bilhão por ano.**

Este impacto irá ocorrer em um contexto de crise fiscal vivenciado tanto pela União quanto pelos Estados. A deterioração das contas públicas fez com que a dívida bruta saísse de 54% do PIB em 2012 para 67% do PIB em 2015, e a perspectiva é de piora.

Sabemos que o problema fiscal brasileiro vem de longe. Há 20 anos o gasto primário real da União cresce ao ritmo de 6% ao ano, muito acima do crescimento do PIB.



O último resultado mensal do Tesouro Nacional é um reflexo desta triste narrativa, mostrando o pior maio desde o início da série (em 1997). O pior resultado em quase 20 anos! No acumulado do ano, a receita líquida total caiu 5% em termos reais. Isto em um país que apresenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, ou seja, onde não há espaço para aumento de impostos. Por outro lado, as despesas do governo continuam crescendo. Os dados indicam que a crise é mais complexa do que se vem falando.

A realidade dos estados, infelizmente, também se apresenta delicada. Vários já estão atrasando ou parcelando salários. Uma nova renegociação de dívidas estaduais está sendo feita em busca de um alívio temporário para as finanças estaduais. É com esta realidade que precisamos trabalhar.

É importante ressaltar que, ao tratar das questões financeiras atinentes aos entes da Federação, o Senado Federal tem adotado o posicionamento de não permitir que atos da União possam aumentar encargos para os demais entes da Federação.

A exceção a esta regra seria nos casos em que houvesse a previsão de transferência de recursos financeiros em montante suficiente para o custeio dos eventuais encargos transferidos. Exemplos de posicionamentos neste sentido foram as aprovações, no Plenário do Senado Federal, das Propostas de Emenda à Constituição nº 84, de 2015, e nº 128, de 2015.

Ora, aprovar o reajuste proposto aos subsídios do Procurador Geral da República, em um contexto de crise fiscal sem precedentes, sem considerar os seus efeitos sobre os demais entes da federação seria um contrassenso.

Mesmo considerando a inegável importância de remunerarmos de maneira adequada o chefe do Ministério Público Federal, não podemos deixar de considerar que isto significaria impor ônus adicional às já combalidas finanças estaduais.



III – VOTO

Diante do exposto, considero que o momento atual não é propício para a aprovação do reajuste proposto e voto pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2016.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO

